

VIOLÊNCIA E CRIME NO JORNAL NACIONAL: DO MEDO DO CRIME AO CONTROLE DA ORDEM¹

Ana Carolina Cademartori²

Adriane Roso³

RESUMO: Este estudo tem como objetivo investigar os discursos sobre violência e crime veiculados no/pelo Jornal Nacional (JN), da Rede Globo de Televisão, com o intuito de interpretar as possíveis estratégias discursivas relacionadas aos processos de saúde e doença. Os seguintes crimes foram enfocados: Homicídio; Lesão Corporal; Extorsão; Tortura e Furto ou Roubo. Como base teórico-metodológica, buscamos apoio na Análise de Discurso Francesa, considerando que ela se propõe a perceber o ser humano como produto histórico-social e sujeito ativo na construção e transformação da sociedade. Os resultados indicam que das 49 edições gravadas, 29 edições apresentam notícias sobre violência e crime, perfazendo um total de 0,59% das edições gravadas. Através da análise qualitativa, foi notado que o JN não estabelece relações diretas com os processos de saúde e doença. Além disso, foi verificado que o funcionamento discursivo tende para o tipo de discurso autoritário, ou seja, encontrou-se predominantemente a reincidência da paráfrase nas notícias submetidas à análise. Portanto, quando a dominância da paráfrase é encontrada, percebe-se a repetição dos sentidos e não o contrário, a ruptura com os sentidos postos.

PALAVRAS-CHAVE: Violência, Crime, Jornal Nacional, Análise de Discurso Francesa.

ABSTRACT: : This paper aims to investigate the speeches about

¹ Este artigo é oriundo da Dissertação de Mestrado intitulada "Notícias de Violência e Crime no Jornal Nacional: Do medo do Crime ao Controle da Ordem", defendida em março de 2012, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. Insere-se num projeto de nível superior intitulado "Discursos Institucionais/Midiáticos, Cultura e Relações de Poder".

² Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. Endereço eletrônico: accademartori@terra.com.br

³ Professora Adjunta da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM - Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Endereço eletrônico: adrianeroso@gmail.com.

violence and crime broadcasted on 'Jornal Nacional' (JN) news program on 'Rede Globo' Television, in order to interpret the possible discursive strategies related to the processes of health and disease. The following crimes were focused: homicides, body injuries, extortion, torture, theft or robbery. As its theoretical and methodological basis, we searched for support on French Discourse Analysis, considering that it proposes to perceive the human being as a social and historical product and as an active subject in constructing and transforming the society. The results indicate that, from the 49 recorded editions, 29 ones present news on violence and crime, adding up to 0, 59% of all the recorded editions. Through a qualitative analysis, it is noticed that 'JN' does not establish relations with health and disease processes. Moreover, it is verified that the discourse functioning tends to be authoritarian, that means, it is predominantly found the relapse of paraphrase in the news subjected to analysis. Therefore, when the dominance of paraphrase is found, the repetition of senses is seen and not the opposite, the disruption with the established senses.

Keywords: Violence, Crime, 'Jornal Nacional', French Speech Analysis.

Que é notícia? Um hoje que nunca é hoje, um amanhã que é já ontem entre ontens que se perdem no anteontem dos anos no tresantontem dos lustros...

Que é notícia? Amanhã acontecido, notícia é sempre um depois, é um a viver vivido... Que é notícia?Notícia é devoração!(...)

Alexandre O'Neill (1969), **Amanhã aconteceu**

Introdução

A inserção dos meios de comunicação de massa em todas as esferas da vida social é um fato considerado incontestável. Tal inserção proporcionou um impacto significativo nas experiências e nos padrões de interação característicos das sociedades modernas. O conhecimento que temos dos fenômenos e fatos sociais deriva, em grande parte, das informações que recebemos dos aparelhos midiáticos. O papel dos meios de comunicação no contexto moderno é tão relevante

VIOLÊNCIA E CRIME NO JORNAL NACIONAL: DO MEDO DO CRIME AO CONTROLE DA ORDEM

que não podemos nos posicionar indiferentemente em relação a ele, sobretudo, frente às transformações produzidas pelo surgimento e difusão dos aparatos tecnológicos da mídia (THOMPSON, 2007).

A sociedade contemporânea vive um momento em que os meios eletrônicos se tornaram o agente difusor de formas simbólicas (mensagens, falas, imagens, etc.). Segundo Thompson (2007), a disseminação das formas simbólicas através dos aparatos midiáticos se tornou fundamentalmente um modo de transmissão cultural. Sendo assim, a sociedade moderna é, cada vez mais, uma sociedade eletronicamente mediada. A comunicação de massa possibilita uma forma específica de interação que pode ser entendida como uma quase-interação mediada, caracterizada predominantemente por uma via de mão única, haja vista que as formas nas quais os receptores podem responder ou comunicar-se com os transmissores são significativamente limitadas.

O perigo disto consiste na criação de verdades hegemônicas, o que pode não abrir espaços para formas singulares de viver. Assim, Thompson (2007) salienta que nesse modo de pensar a sociedade, de entender a produção de “verdades”, podemos inserir a questão comunicacional televisiva. A partir do surgimento e desenvolvimento da televisão amplia-se a relevância e a penetrabilidade da quase-interação mediada nas sociedades modernas, ou seja, é com a disseminação dos aparelhos televisivos que a quase-interação mediada legitima-se.

Compreende-se que a televisão exerce “influência na constituição do imaginário humano, mas não num caráter estritamente emissionista” (RAMOS, 2006, p. 33). Entende-se que aquilo que é dito e veiculados pelos meios de comunicação, em geral, passa por uma reorganização por parte do telespectador, no momento em que está acontecendo tal interação.

Um dos fenômenos sociais mais debatidos nos meios de comunicação de massa e, portanto, no cotidiano das pessoas é a problemática da violência e do crime. A temática da violência e do crime tem sido o alvo das conversas e discussões cotidianas. Vizinhos, amigos, colegas e familiares, seja em público ou nos espaços privados de suas residências, quando se encontram têm abordado, muitas vezes, em seus assuntos rotineiros, o problema

do crime e da violência.

A fabricação pelas mídias de massa do acontecimento da violência e do crime “produz efeitos de realidade criando uma visão midiática da realidade que contribui para criar a realidade que ela pretende descrever” (CHAMPAGNE, 1997, p. 75). Todavia, a atuação da mídia sobre o acontecimento e sobre a realidade não se (re)produz no vácuo; o acontecimento fabricado se soma às subjetividades dos sujeitos, sujeitos que já possuem uma interpretação das coisas, dos fatos, do mundo.

Considerando a influência, alcance e legitimidade que os meios de comunicação e, sobretudo, a televisão alcançaram no contexto contemporâneo, torna-se de suma importância analisar seus discursos. Tal influência e legitimidade podem ser constatadas nas situações mais simples da vida cotidiana, isto é, na maioria das vezes a televisão, enquanto espaço midiático, indica o que devemos comer e vestir, como devemos nos comportar, em que e em quem devemos acreditar e, principalmente, o que devemos comprar.

Portanto, este estudo tem como relevância a frequente exposição do fenômeno social da violência e do crime através da mídia. Nosso objetivo geral é investigar os discursos sobre violência e crime veiculados no Jornal Nacional (JN), da Rede Globo de Televisão, com o intuito de interpretar as possíveis estratégias discursivas relacionadas aos processos de saúde/doença.

Acreditamos que ao focarmos nosso trabalho no JN e, portanto, na Rede Globo de Televisão, alcançamos nossos objetivos, pois trata-se da maior empresa de telecomunicação do país e da América Latina com ampla abrangência e com grande número de telespectadores. Sobre a audiência do primeiro telejornal exibido em rede para todo o país, de acordo com dados recolhidos no *site*⁴ de sua emissora, o índice de audiência chega, atualmente, a 35 pontos, o que consideramos elevado considerando o contexto nacional. Além disso, avalia Montañó (2004) que, por meio de sua superioridade técnica, a Rede Globo estabeleceu um padrão jornalístico que serviu e continua servindo de modelo para as outras emissoras. Pode-se afirmar que o telejornalismo da Rede Globo tornou-se, de modo geral, uma referência nacional para a produção telejornalística.

⁴ Recuperado em 20 de janeiro de 2012, de <http://comercial2.redeglobo.com.br>

VIOLÊNCIA E CRIME NO JORNAL NACIONAL: DO MEDO DO CRIME AO CONTROLE DA ORDEM

Consideramos importante destacar que não se objetiva a exaustividade nem, tampouco, a completude em relação ao objeto de estudo. Assim, pensamos estar em consonância com as bases da Análise de Discurso, pois concordamos com Orlandi (2009a, p. 62) quando afirma que "... todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro". Dessa forma, não existe discurso fechado e, sim, um processo discursivo que permite recortes e análises diferentes. Portanto, o objeto é inesgotável (ORLANDI, 2009a).

Procedimentos e Método de Pesquisa

As edições do jornal foram gravadas por inteiro, com exceção dos intervalos comerciais, durante os meses de abril e maio no ano de 2011. A frequência das gravações ocorreu durante a semana, incluindo todos os dias em que o telejornal vai ao ar, ou seja, no período de segunda a sábado a partir das 20 horas e 30 minutos, horário previsto para o início do telejornal. Ao finalizar a atividade de gravação, o material foi devidamente transcrito a fim de melhorar a operacionalização da análise.

De acordo com a finalidade deste estudo, esta pesquisa abrange os seguintes crimes: 1) Homicídio; 2) Lesão Corporal; 3) Extorsão; 4) Tortura e 5) Furto ou roubo. Tais crimes estão incluídos nesta pesquisa, primeiramente, por serem crimes que ocorrem com frequência no contexto urbano. Do ponto de vista desta pesquisa, acredita-se que os referidos crimes estão diretamente ligados à questão da produção/reprodução do imaginário social da violência e do crime nas cidades, além de serem crimes que amedrontam a vida cotidiana na contemporaneidade a ponto de se tornarem o grande alvo das discussões sobre segurança pública, como também acabaram transformando-se em um problema de ordem nacional. Não desconsideramos a relevância de outras formas de violência e crime na produção/reprodução do imaginário social do crime e da violência.

Gravadas, selecionadas e transcritas, as notícias foram analisadas na perspectiva da Análise de Discurso (AD) da Escola Francesa, especialmente a partir de Michel Pêcheux e de Eni Puccinelli Orlandi. Nossas reflexões se inscrevem a partir desta filiação, tendo como foco a relação entre língua-sujeito-história

considerando o discurso o lugar de observação dessa relação.

Apresentação do Corpus: Por Uma Análise Qualitativa dos Discursos Sobre Violência e Crime

Para realização da análise, como propõe Orlandi (2009a), um dos primeiros pontos a ser considerado é a constituição do corpus. A construção do corpus e o procedimento de análise estão estritamente interligados. Para a autora, “decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas” (2009a, p. 63). Intencionalmente, o corpus desta pesquisa foi composto por 49 edições do JN que foram ao ar nos meses de abril e maio de 2011. Destas 49 edições gravadas, obtivemos 29 edições com notícias sobre violência e crime incluídas na delimitação da pesquisa, perfazendo um total de 59,18% das edições gravadas. Na perspectiva da Análise de Discurso Francesa, adotada neste estudo, todo material coletado faz parte do que chamamos de *corpus empírico*, ou seja, o corpus empírico se constitui pelo conjunto do material lido, coletado e anexado durante o processo de pesquisa. Logo, o corpus empírico corresponde à totalidade do material recolhido pertencente a uma determinada comunidade discursiva (PÊCHEUX, 2010). Sendo assim, o corpus empírico desta pesquisa é composto por um total de 44 notícias sobre violência e crime nestas 29 edições.

Já o corpus discursivo desta pesquisa foi trabalhado a partir das relações existentes entre os processos parafrásticos e polissêmicos. Segundo Orlandi (2009a), ao pensarmos discursivamente a linguagem, os processos parafrásticos e polissêmicos não podem ser tratados de forma independente e isolados, isto quer dizer que, não podemos traçar limites exatos entre a paráfrase (mesmo) e a polissemia (diferente). Dessa forma, todo o funcionamento da linguagem se estabelece na tensão entre a paráfrase e a polissemia.

A paráfrase, afirma Orlandi (2009a, 2009b), está na direção da repetição de um mesmo dizer, ou seja, produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. Assim, a paráfrase está do lado da estabilização, do sedimentado e do garantido. A paráfrase passa a ser compreendida como uma tendência invariável da repetição dos sentidos.

Em contrapartida, ainda de acordo com Orlandi (2009a),

VIOLÊNCIA E CRIME NO JORNAL NACIONAL: DO MEDO DO CRIME AO CONTROLE DA ORDEM

a polissemia representa o deslocamento do mesmo sentido e a ruptura com o garantido. Portanto, os processos polissêmicos possibilitam a instauração do diferente. A polissemia está do lado da movimentação, da transformação dos sentidos, ou seja, é a polissemia que torna possível a transformação tanto dos sujeitos como dos sentidos. Dessa forma, as relações entre os processos parafrásticos e polissêmicos manifestam-se através do conflito entre o mesmo, o estático, o legitimado e o que pode vir a ser outro, diverso e múltiplo. É nesse jogo entre a paráfrase e a polissemia, entre o mesmo e o diferente, que se produz todo e qualquer discurso.

Nosso procedimento de análise, se propôs a contemplar, de maneira peculiar, diferentes etapas do dispositivo analítico através da articulação entre descrição e interpretação. A respeito disto, Orlandi (2009a) observa que análise se faz por etapas, considerando o funcionamento de propriedades do discurso, ao passo que as etapas juntamente com os procedimentos darão forma ao dispositivo de análise. Isso diz respeito ao que Pêcheux (2010, p. 191) formula sobre duas particularidades da prática da análise do discurso, a saber:

“... a primeira é a de que esta prática utiliza *necessariamente* [grifo do autor] um procedimento algorítmico, o que pressupõe uma diferença essencial na forma do resultado produzido... uma segunda especificidade da análise do discurso, a saber, que o objeto a propósito do qual ela produz seu “resultado” não é um objeto linguístico mas um objeto sócio-histórico onde o *linguístico intervém como pressuposto* [grifo do autor]”.

Tendo em vista que o trabalho de análise se estabelece por partes, para tanto, passamos por diferentes momentos nesta pesquisa. O primeiro passo dado foi a realização das gravações das edições do JN, durante dois meses (abril e maio de 2011). Posteriormente, foi realizada a transcrição das edições gravadas. Feito isso, o próximo passo dado foi a utilização de recursos quantitativos que nos respaldaram para a etapa seguinte, a concretização do estudo qualitativo sob a perspectiva da AD Francesa.

Em nossa investigação, selecionamos as palavras “violência” e “crime” como uma sequência discursiva de referência (SDR) e, na leitura e análise do corpus optamos por trabalhar a partir dos processos parafrásticos e polissêmicos. A leitura minuciosa do corpus possibilitou que selecionássemos,

além das palavras anteriormente citadas, algumas sequências discursivas nas quais possibilitaram um entendimento a cerca dos efeitos de sentido produzidos no e pelo JN sobre a temática da violência e do crime. Assim, o corpus foi estudado detalhadamente em busca de sentidos dominantes sobre a temática em questão. A partir da leitura minuciosa do corpus delineamos dois eixos de análise do discurso do noticiário. Nesse manuscrito, enfocaremos o eixo denominado: A Sociedade Insegura: Formas de Controle e Vigilância.

A partir da análise realizada, concluímos que o funcionamento discursivo presente nas notícias em questão tende para o tipo de discurso autoritário, ou seja, encontramos predominantemente a reincidência da paráfrase nas notícias submetidas à análise. De acordo com Orlandi (2009a, 2009b), existem três tipos diferentes de funcionamento do discurso: discurso autoritário, discurso polêmico e discurso lúdico. O discurso autoritário é aquele em que a polissemia é contida. Já o discurso polêmico é aquele em que a polissemia é controlada e existe uma relação de disputa pelos sentidos entre os interlocutores do discurso. Diferentemente dos outros dois tipos, o discurso lúdico é aquele em que a polissemia está aberta e os interlocutores não estão fixados na sua relação com os sentidos.

Destacamos que, por opção metodológica, faz parte do corpus discursivo a fala de todos os interlocutores que se manifestaram, de alguma forma, nas notícias sobre violência e crime delimitadas no recorte desta pesquisa. Assim, deixamos claro que as falas dos apresentadores, repórteres e entrevistados foram levadas em consideração. Da mesma forma, as sequências discursivas receberam uma numeração afim de melhor visualizá-las no corpo do texto.

Pontuadas essas questões, apresentaremos a análise propriamente dita.

A Sociedade Insegura: Formas de Controle e Vigilância

O eixo da análise que apresentamos aqui visa discutir, por intermédio dos efeitos parafrásticos e polissêmicos presentes no discurso veiculado no e pelo JN, o que Garland (2008) nomeou de “a cultura do controle”. Para isso, versaremos a respeito das estratégias utilizadas pela sociedade em relação ao controle do crime e da violência nas cidades, mostrando, através

VIOLÊNCIA E CRIME NO JORNAL NACIONAL: DO MEDO DO CRIME AO CONTROLE DA ORDEM

das sequências discursivas destacadas, onde se localiza no discurso os efeitos de sentido sobre a temática em questão.

Embora a análise de Garland (2008) se detenha nas sociedades norte americanas e européias, suas contribuições analíticas, a respeito do controle do crime, são fundamentais para pensarmos a atual situação brasileira. Para o autor, muitos dos problemas e inseguranças, característicos dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, podem ser encontrados em outras regiões, apesar de localizarmos reações culturais e políticas diversas, bem como, trajetórias sociais específicas de cada cultura. Assim, podemos dizer que, em relação ao controle do crime, temos uma forma de organização social que poderíamos chamar de estrutural, ou seja, muitas práticas, estratégias e racionalidades utilizadas sugerem a emergência de uma nova configuração social composta por elementos novos e antigos que perpassam o “tecido” social como um todo.

Ao falarmos em nova configuração social queremos destacar que as racionalidades e estratégias de controle e segurança em nossa sociedade vêm mudando substancialmente. De modo geral, as respostas sociais ao crime e à violência tomaram uma direção quase oposta daquela prevista nos anos setenta do século XX. Tais mudanças dizem respeito, sobretudo, as transformações em políticas, sentenças, punições, teorias criminológicas, filosofia penal, segurança privada, prevenção do crime e tratamento das vítimas (GARLAND, 2008).

É evidente que todas as transformações ocorridas nas últimas décadas não se restringem ao mundo do controle do crime e da violência. A sociedade contemporânea como um todo sofreu, e vem sofrendo, diversas transformações no que tange à política, à economia e às relações sociais. Logo, as mudanças ocorridas não se produziram no vácuo, elas fazem parte de uma nova configuração social.

Dentre as principais mudanças no pensamento e na política criminal destacamos o recente declínio do modelo penal previdenciário. O foco do modelo previdenciário centrava-se na reabilitação das pessoas que haviam cometido violações da lei penal. Suas instituições estavam voltadas para o tratamento e recuperação dos criminosos, ou seja, o caráter punitivo das instituições tradicionais havia sido questionado e em seu lugar emergiram outras práticas institucionais, como por exemplo, elaboração de leis que possibilitassem a condenação a penas

indeterminadas (GARLAND, 2008).

É claro que os compromissos assumidos pelo modelo penal-previdenciário (sentenças individualizadas, sentenças indeterminadas, programas de tratamento, reinserção social) nem sempre foram realmente colocados em prática. Ao passo que, os métodos previdenciários estavam inseridos em um contexto mais amplo e determinados por códigos e regras culturais que nem sempre condiziam com tal práxis. Apesar da existência de um amplo respaldo em relação ao pensamento e às práticas do previdenciarismo penal, os conflitos e as divergências se faziam presentes em vários momentos, da mesma maneira que, enfrentava a oposição crítica de determinados grupos e atores sociais.

Com o declínio do modelo penal previdenciário vemos ressurgir um sistema mais rígido, centrado em penas retributivas e interessado em medidas categoricamente punitivas. De modo geral, as medidas alternativas são percebidas como ineficazes e passamos a entender o crime de outra maneira. O sistema prisional que por um longo período foi visto como problemático e contraproducente, neste momento, torna-se uma instituição fundamental nesta nova configuração. A ideia predominante é a de que a prisão funciona! (GARLAND, 2008). Atualmente, o encarceramento vem sendo cada vez mais utilizado e parece estar a serviço exclusivamente do isolamento, da exclusão e da segregação (BAUMAN, 1999; GARLAND, 2008).

As sequencias discursivas abaixo exemplificam os elementos apontados até aqui:

SD33 - Voz/off - Para a polícia do Rio a melhor maneira de combater esse crime é fiscalizar e punir quem compra o cobre roubado. (14/4/2011)

SD38 - Voz/off - Nos três casos ninguém foi preso. O governo promete reforçar o policiamento. (12/5/2011)

É possível percebermos que punição por intermédio do encarceramento é compreendida como uma medida resolutiva para as questões referentes às práticas criminosas. Dessa forma, parecem ser tomadas por grande parte de nossa sociedade como o caminho mais efetivo para enfrentar a violência e o crime. Assim, ao analisarmos as sequencias discursivas, acima referidas, observamos diretamente as premissas desenvolvidas nos parágrafos anteriores.

VIOLÊNCIA E CRIME NO JORNAL NACIONAL: DO MEDO DO CRIME AO CONTROLE DA ORDEM

Outro ponto que gostaríamos de salientar diz respeito à presença e à ação do Estado nas práticas de controle e prevenção do crime e da violência. Segundo Garland (2008), no modelo penal previdenciário, o Estado era visto como único agente responsável pela prevenção e pelo controle da criminalidade. Isto quer dizer que, nos dois últimos séculos, as instituições estatais dominavam essa área. Portanto, o modelo previdenciário continha nas instituições estatais seus alicerces, ou seja, o controle do crime e a prevenção deste eram responsabilidades do Estado e, conseqüentemente, as ações deveriam ser executadas por funcionários do governo, visando o interesse público.

Atualmente, o que vivenciamos a respeito da prevenção e do controle do crime é um movimento inverso. O Estado passou a ser visto com um dos responsáveis e, por conseguinte, não é mais considerado o único responsável pela política criminal. De acordo com Garland (2008), o novo modelo de controle do crime, por meio de um conceito mais amplo, busca o engajamento dos cidadãos, das comunidades e das empresas, utilizando tecnologias e estratégias bastante distintas das adotadas pelos modelos anteriores.

É importante ressaltar que esse movimento que estamos vivenciando está sendo encorajado pelo próprio aparelho estatal, bem como, por diferentes atores sociais:

SD23 - Eduardo Tchao - Charleston foi preso depois de uma denúncia anônima recebida pela PM. Os policiais surpreenderam o acusado, aqui neste quiosque, em seu local de trabalho. (09/4/2011)

SD24 - Charleston de Lucena (chaveiro) - Ele era um cara pacato, um cara calmo. Um cara dizendo que queria comprar uma arma pra poder ter segurança dele dentro de casa, e ninguém nunca imaginaria que o cara ia fazer isso. (09/4/2011)

SD28 - Voz/off - Mas a polícia não dá conta de tudo. O número de furtos registrados na Paulista dobrou nos primeiros meses do ano. E há o inesperado. (12/4/2011)

SD40 - Carla Vilhena - No Rio, câmeras de segurança de um banco também registraram tentativa de assalto. Off - (...). A polícia chega depois de uma denúncia por telefone. (14/5/2011)

Percebemos que a violência e o crime não são problemas a serem resolvidos apenas pelo aparelho estatal, ou seja, somos

nós cidadãos que, em consonância com o Estado, devemos estar em vigilância para qualquer “ação suspeita”. Podemos dizer que as questões referentes ao crime e a violência deixam de ser uma preocupação exclusiva do Estado e passam a ser uma preocupação compartilhada socialmente por todos os habitantes das cidades.

Além disso, podemos observar a acentuada ampliação de uma indústria de segurança privada. Crescem exorbitantemente as empresas privadas de segurança, os cursos de treinamento para segurança privada e particular, produzem-se cada vez mais tecnologias de segurança e proteção. Para Garland (2008), ultimamente, a indústria de segurança privada, que cresceu paralelamente ao aparato estatal, vem tornando-se uma parceira fundamental do Estado na produção de segurança e no controle do crime, o que fica registrado nas sequências seguintes:

SD10 - Voz/off - Estas imagens do circuito interno de TV, Wellington aparece no corredor recarregando o revólver e entrando na sala de aula.(...). (7/4/2011)

SD20 - Voz/off - Vemos agora outras imagens da câmera do corredor da escola. (8/4/2011)

SD37 - Voz/off - Em um desses roubos acabaram filmados por câmeras de segurança. (11/5/2011)

O crescimento dos produtos e serviços de segurança privada no Brasil assume algumas características distintas de outros países. Para Caldeira (2000), num contexto marcado por enormes desigualdades sociais e por frequentes desrespeitos aos direitos humanos, os serviços de segurança privada têm colaborado para piorar essas condições. Ao passo que, os serviços privados de segurança tornaram-se um instrumento de segregação espacial proliferado, contribuindo para o isolamento e para a demarcação de classes sociais.

Do mesmo modo, o acesso aos serviços e produtos oferecidos pela indústria da segurança privada é restrito. São poucas as pessoas que usufruem de recursos financeiros suficientes para investir em tais serviços e produtos, principalmente, aqueles mais sofisticados, como por exemplo, a instalação de sistemas de alarmes. De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD, 2009), realizada

VIOLÊNCIA E CRIME NO JORNAL NACIONAL: DO MEDO DO CRIME AO CONTROLE DA ORDEM

pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na análise dos domicílios por rendimento médio mensal domiciliar *per capita*, havia dispositivos de segurança em 35,2% na faixa de menos de 1/4 de salário mínimo, versus 82,6% naqueles com dois ou mais salários mínimos. Os percentuais de existência de dispositivos de segurança se ampliavam com o aumento das faixas de renda.

Assim, a segurança privada tende a acentuar as desigualdades no momento em que oferece serviços predominantemente a uma classe em detrimento de outra. Tende também a aumentar o medo da classe desfavorecida economicamente, daí emerge o que poderíamos chamar de uma contra-solidariedade: só sou solidário com aquele que não é “bandido”, o que justifica a punição, a exclusão e a hostilização. Em outros termos, a marginalização dos criminosos acaba por cortar laços sociais, ao mesmo tempo em que, rompe com a possibilidade de solidarização da sociedade para com as pessoas que cometeram crimes, ao restringir o acesso às informações sobre a situação em que se encontram e ao bloquear os vínculos e a identidade entre os que cometeram algum crime e os que se mantém dentro da lei.

Garland (1999; 2008) propõe pensarmos que, hoje em dia, oscilamos entre duas formas de perceber o crime e a violência, quais sejam: a “criminologia do eu” e a “criminologia do outro”. Na criminologia do eu, a ideia que predomina é de que o crime é algo trivial, comum e fato corriqueiro da sociedade contemporânea. Dessa forma, a criminologia do eu insiste no fato de que o crime é praticado quando o contexto situacional é conveniente, isto quer dizer que, o crime é uma questão de ocasião. Ao conceber o crime e a violência como fato normal da vida contemporânea, a criminologia do eu parte do pressuposto de que os criminosos calculam suas ações, o que nos leva a crer que a grande parte dos crimes cometidos são oportunistas. Logo, julga-se que a melhor maneira de respondermos à problemática da criminalidade é tornando as coisas mais difíceis, em outras palavras, devemos produzir mais controle, o que é notado nos discursos assinalados aqui:

SD30 - Mônica Teixeira - A prefeitura decidiu investir numa estratégia, dificultar ao máximo a ação dos ladrões. (14/4/2011)

SD32 - Carlos Alberto Osório (sec. municipal de conservação - RJ) -

Agora para alguém roubar vai ter que parar o trânsito, uma escada não vai chegar. Eventualmente, vai precisar de um caminhão plataforma, ou seja, começa a ficar muito complicado. (14/4/2011)

SD02 - Carla Vilhena - A polícia do Rio prendeu uma quadrilha que roubava clientes nas saídas dos bancos. O grupo foi identificado pelas câmeras de um estacionamento. (2/4/2011)

Se a criminologia do eu percebe a criminalidade e a violência como um conjunto de eventos normais e corriqueiros da vida cotidiana, a criminologia do outro se apoia em uma visão bem distinta do crime e do criminoso. A criminologia do outro compreende crime como uma catástrofe e o criminoso como uma espécie de monstro. Essa criminologia estabelece-se numa distinção fundamental entre nós, sujeitos descentes e respeitadores da lei e, eles, delinquentes perigosos e ameaçadores da moral e da ordem social. Tal criminologia acredita que a ação mais adequada da sociedade deve estar pautada em uma reação defensiva, ou seja, devemos nos defender desses criminosos perigosos ao invés de nos preocuparmos com seu bem-estar e com uma possível forma de reabilitação (GARLAND 1999; 2008).

A nosso ver, Garland tem razão ao apontar para a existência de duas configurações diferentes de percepção da criminalidade. A criminologia do eu e a criminologia do outro são diferentes formas de compreender a violência e o crime. Se uma acredita que o crime e a violência são fatos normais e corriqueiros da vida contemporânea, a outra vê a criminalidade e a violência como acontecimentos atípicos e catastróficos. Enquanto uma diz para nos conformarmos com a criminalidade, pois ela faz parte da vida contemporânea, a outra não cansa de dramatizar as práticas criminosas. No entanto, mesmo sendo percepções antagônicas, ambas carregam em comum um ponto importante: reivindicam mais controle e segurança. Os discursos veiculados no JN caracterizam essas configurações:

SD03 - Otto Henrique de Oliveira (coordenador de vias expressas PM – RJ) - O policiamento na via está sendo reforçado, desde o ano passado, como já falei, e reforçamos ainda mais depois esse episódio. (6/4/2011)

SD14 - Voz/off - Ia ser mais um dia comum, o sargento Márcio Alexandre Alves, do batalhão de Polícia Rodoviária do Estado, participava de uma operação de rotina de controle de trânsito,

VIOLÊNCIA E CRIME NO JORNAL NACIONAL: DO MEDO DO CRIME AO CONTROLE DA ORDEM

quando um menino de doze anos, ferido no rosto deu alerta. (7/4/2011)

SD35 - Off - Dos quarenta e um mil caixas espalhados pelo Brasil, doze mil já receberam dispositivos que queimam ou tingem as notas dentro das máquinas em caso de explosão. (28/4/2011)

As consequências destas criminologias são sentidas em vários aspectos da vida cotidiana na contemporaneidade. Vivemos cercados por diferentes formas de controle e “necessitamos” cada vez mais de aparatos tecnológicos de segurança. Diante desta necessidade por segurança vemos nossos hábitos e rotinas serem transformados radicalmente, ou seja, para toda e qualquer situação rotineira crescem a utilização dos aparatos tecnológicos de controle e segurança, como reforça as sequencias a seguir:

SD34 - César Galvão - Para combater os arrombamentos os bancos instalaram alarmes que acionam centrais de segurança e a polícia, mas quando são usados explosivos, a ação é muito rápida. Por isso, o jeito encontrado para desestimular os ladrões foi o de inutilizar o dinheiro. (28/4/2011)

SD39 - Cezar Menezes - Foi a insegurança que levou os caixas eletrônicos pra dentro do comércio. Até a década de noventa ele ficavam na rua, mas uma onda de sequestros relâmpago fez bancos e lojistas entrarem em acordo para dar mais segurança aos clientes na hora de sacar dinheiro. (12/5/2011)

Ao mesmo tempo que cresce a utilização dos aparatos tecnológicos, cresce concomitantemente as preocupações com segurança. Nossas rotinas diárias foram afetadas e a maneira como pensamos, sentimos e agimos, em relação ao controle do crime, mudaram substancialmente. Portanto, o que é mais relevante nessas mudanças, de acordo com Garland (2008), são os efeitos culturais estabelecidos. As preocupações com a segurança e com o controle do crime também modificaram nossos valores e nossas prioridades, bem como, a forma com que ensinamos nossos filhos ou aconselhamos nossos entes queridos. Com efeito, a conscientização quanto à segurança tornou-se um padrão coletivo, isto quer dizer que, há um consenso social em relação à urgência de segurança, sobretudo, para os proprietários de imóveis, comerciários e transeuntes das regiões urbanas. Vale ressaltar que tal consenso também foi incentivado pela indústria de segurança privada, que vem

lucrando com as vendas de dispositivos de segurança cada vez mais sofisticados, alimentando ansiedades e medos públicos ao mesmo tempo em que afirma controlá-los.

SD29 - Antônio Carlos Franchini (presidente da Paulista Viva) - Sempre a gente tem que exigir mais segurança. Todo mundo que vem a São Paulo tem a Avenida Paulista como uma referência. (12/4/2011)

SD41 - Fátima Bernardes - O assassinato de um aluno no estacionamento da USP gerou protestos e reabriu a discussão sobre a presença da polícia no campus(...). (19/5/2011)

SD44 - Maira Madrid (dir. centro acadêmico – FEA – USP) - A gente defende a melhoria nas questões estruturais de segurança, maior iluminação, maior efetivo da guarda universitária. (19/5/2011)

Enfim, vivemos numa rotina que se escora cada vez mais em variadas formas de controle, tudo em nome da segurança. Por tal razão, mudamos o dinheiro de papel para usarmos cartões magnéticos com senhas, colocamos travas em nossas portas e janelas, construímos muros para limitar a entrada em nossa residência, contratamos vigias para controlar o fluxo dos prédios públicos e privados. Além disso, instalamos alarmes em nossas casas e carros, não deixamos nossos celulares desligados, pois talvez precisemos denunciar algo ou alguém, instalamos câmeras de vigilância nas praças, ruas, avenidas, prédios públicos, escolas, universidades para que monitorem os crimes de ocasião (criminologia do eu) e os crimes dos “monstros” (criminologia do outro). Da mesma forma que não conversamos com estranhos por que podem ser bandidos a nos fazer algum mal, muito menos, abrimos a porta de nossa casa para qualquer um, pois pode ser que esse qualquer um queira levar nossos pertences e até mesmo nossa vida.

SD18 - William Bonner - Elas foram captadas por cinegrafistas amadores e também pelas câmeras de vigilância da escola e permitem recontar praticamente passo a passo tudo que aconteceu. (8/4/2011)

SD09 - Hélder Duarte - Logo ali na entrada a gente vê uma câmera do circuito interno de TV. O computador, com as imagens, já está com a polícia. (7/4/2011)

SD25 - Voz/off - Policiais Civis estão procurando imagens de câmeras de segurança de prédios que possam ajudar a identificar o carro preto usado nos quatro ataques. (11/4/2011)

VIOLÊNCIA E CRIME NO JORNAL NACIONAL: DO MEDO DO CRIME AO CONTROLE DA ORDEM

SD42 - Voz/off - Ele levou um tiro quando tentava entrar no carro blindado que comprou depois de ser assaltado outras duas vezes. (19/5/2011)

Os efeitos destas adaptações, em relação ao controle do crime, podem ser visualizados em diversas situações da vida contemporânea. No entanto, gostaríamos de destacar um exemplo, talvez o mais significativo, que é a expansão das comunidades fechadas. Podemos dizer que, hoje em dia, as comunidades fechadas são o modo de vida comunitário em maior ascensão. Além disso, tais comunidades são constituídas por projetos arquitetônicos adaptados para aumentar a segurança e o controle das pessoas que o usufruem. A finalidade principal dessas comunidades é administrar os espaços e separar os diferentes “tipos” de pessoas, ou seja, manter os estranhos afastados (BAUMAN, 1999, 2009; CALDEIRA, 2000; GARLAND, 2008), os monstros e os oportunistas, contra os quais a sociedade precisa se defender:

SD04 - Fátima Bernardes - Alguns moradores com os quais eu conversei chegaram a falar da importância, da permanência de guardas municipais na porta da escola, mas certamente ninguém poderia imaginar o que iria acontecer dentro deste prédio. (7/4/2011)

SD43 - César Galvão - A maioria dos estacionamentos conta apenas com uma cancela e com vigias desarmados. (19/5/2011)

Esses lugares fechados e vigiados 24 horas por dia são o que Caldeira (2000) nomeou de “enclaves fortificados”. Os enclaves fortificados, de acordo com a autora, são propriedades privadas, para uso coletivo que tendem a ser ambientes socialmente homogêneos. O exemplo mais evidente destes lugares são os condomínios fechados, que se caracterizam por serem espaços nas quais circulam pessoas de mesma classe social que, muitas vezes, possuem serviços de vários tipos e que, por isso, não exigem que seus moradores se desloquem para as áreas públicas da cidade em que vivem. Os enclaves fortificados vêm transformando a forma como as pessoas de classe média e alta vivem, ou seja, as classes abastadas estão vivendo, consumindo, trabalhando e gastando as horas de lazer em ambientes isolados, monitorados e altamente vigiados. Inclusive, os enclaves fortificados estão se alastrando às classes populares, como indicam as inúmeras construções financiadas pelo Governo

Federal “Minha casa, minha vida”⁵, programa do Governo Federal que facilita a compra de casas residenciais à classe popular. Usualmente, são construções em formato de condomínio residencial, contendo infraestrutura completa, de modo que o cidadão não precisa se deslocar para ter lazer com segurança, potencializando a geração de um “enclave fortificado”

É interessante perceber que a “solidificação” e expansão dos enclaves fortificados vêm mudando a organização das cidades, bem como, as relações sociais. Tais locais que se caracterizam por serem homogêneos possibilitam somente a relação entre pessoas de mesma classe social, o que modifica nossa sociabilidade. Assim, parece que nos sentimos seguros somente quando estamos entre “iguais”, e que a presença da diferença, além de ser indesejada, é perigosa.

SD06 - Voz/off - Do lado de fora um homem ouviu o que parecia ser tiros e ligou a câmera do celular. SIRENE. O vídeo que ele gravou foi postado no *site youtube*, ele registrou também a chegada dos policiais. (7/4/2011)

SD46 - Reinaldo Guerreiro (dir. faculdade de economia – USP) - Seria muito prudente termos a polícia militar aqui para dar segurança para, pros nossos alunos, pros nossos professores e funcionários. (19/5/2011)

SD26 - Voz/off - O policiamento na avenida paulista é muito visível. Há homens a pé, de moto, em bases e guaritas. (12/4/2011)

Queremos destacar, para finalizar, que estamos vigiando mais o outro, ao mesmo tempo que também estamos sendo vigiados: tornamos-nos, concomitantemente, os “policiais” e os “detentos” que viviam nos panópticos (veja FOUCAULT, 1987). Não podemos punir com as próprias mãos, mas colocamos nossos dispositivos tecnológicos para punir indiretamente, para delatar, vigiar e controlar o outro. Mesmo diante de tantos aparatos tecnológicos de segurança e de formas de policiamento distintas, ainda nos sentimos inseguros e amedrontados. Enfim, nos perguntamos, seria a sociedade contemporânea um grande panóptico?

⁵ Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2012.

Considerações Finais

Neste manuscrito, enfocamos as novas estratégias de controle que vêm sendo utilizadas pela sociedade em relação ao controle do crime e da violência nas cidades contemporâneas. Nossa análise contempla, também, uma discussão a respeito das transformações ocorridas nas últimas décadas no pensamento e na política criminal. De modo geral, as racionalidades e estratégias de controle e segurança em nossa sociedade vêm mudando substancialmente. Vivemos cercados por diferentes formas de controle e “necessitamos” cada vez mais de aparatos tecnológicos de segurança. Diante desta necessidade por segurança vemos nossos hábitos e rotinas serem transformados radicalmente, ou seja, para toda e qualquer situação rotineira crescem a utilização dos aparatos tecnológicos de controle e segurança. Destacamos que mesmo diante de tantos aparatos tecnológicos de segurança e de formas de policiamento distintas, ainda nos sentimos inseguros e amedrontados.

Ainda, gostaríamos de enfatizar que ao encontrarmos a dominância da paráfrase, percebemos a repetição dos sentidos existentes sobre violência e crime e não o contrário, a ruptura com os sentidos postos. Isto quer dizer que os sentidos veiculados sobre violência e crime giram em torno do controle e da vigilância constantes e da proliferação do medo social em relação ao crime e a violência. Por isso, podemos dizer que há uma tendência do discurso para o tipo autoritário onde a polissemia é contida. Orlandi (2009a) enfatiza que não há nunca um discurso puramente autoritário, lúdico ou polêmico, isto quer dizer que, o que existe são predominâncias e tendências para um ou para outro.

Para finalizar, deixamos a palavra com Garland (2008, p. 244):

Em que pese o fato de o crime possuir distribuição social bastante desigual, e dos riscos de vitimização estarem desproporcionalmente concentrados nos distritos urbanos mais pobres, o crime agora é vastamente experimentado como um fato primordial da vida moderna. Para a maioria das pessoas, especialmente aquelas que vivem nas cidades e nos subúrbios, o crime não é mais uma aberração ou um evento inesperado, anormal. Ao revés, a ameaça do crime se tornou um aspecto rotineiro da consciência moderna, uma

possibilidade sempre presente que se deve sempre “ter em mente”. O crime veio a ser referido como risco de todo dia, que deve ser habitualmente estimado e administrado de forma semelhante com que lidamos com o trânsito – outro perigo mortal que se tornou elemento normal do cenário moderno. Ao longo do período correspondente a uma geração, as altas taxas de criminalidade passaram a ser um aspecto natural das nossas vidas – um elemento aceito da pós-modernidade. As propagandas, agora onipresentes sobre segurança, que nos dizem que “um carro roubado a cada minuto” ou que “um cartão de crédito é perdido ou roubado a cada segundo”, expressam esta experiência com precisão: o crime forma uma parte do nosso ambiente diário e é constante como o próprio tempo.

E constante como a própria mídia...

Referências

BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

CHAMPAGNE, P. A visão mediática. In: BOURDIEU, P. (Coord.). *A miséria do mundo* (pp. 63-80). Petrópolis: Vozes, 1997.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GARLAND, D. As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 1999, p.p. 59-80. Recuperado em 23 de outubro, 2011, de <http://www.scielo.br>.

_____. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

LEI ORDINÁRIA FEDERAL nº 9.455 de 07 de abril de 1997. Recuperado em 15 de setembro, 2010, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9455.htm.

MONTAÑO, S. A construção da telerrealidade: o caso linha direta. *Cadernos IHU*. São Leopoldo: 2004.

O’NEILL A. *De Ombro na Ombreira*. In: ASSÍRIO & ALVIM. *Poesias*

VIOLÊNCIA E CRIME NO JORNAL NACIONAL: DO MEDO DO CRIME AO CONTROLE DA ORDEM

Completas. Lisboa, 2000.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2009a.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Pontes, 2009b.

PÊCHEUX, M. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p.p. 159-247.

PNAD. Recuperado em 28 de outubro, 2011, de <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/2009>.

RAMOS, M. B. *Discursos sobre ciência e tecnologia no Jornal Nacional*. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 2006.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2007.

Recebido em: 15/08/2012 - Aprovado em: 18/11/2012